

DATAS COMEMORATIVAS NA EDUCAÇÃO: UMA DISCUSSÃO ESSENCIAL

Ketlin Braatz ¹

RESUMO

Trabalhar com a educação pública requer que todos os profissionais que estão inseridos nestes espaços respeitem e conheçam as leis que fundamentam todo o trabalho pedagógico. Com isso, os Centros de Educação Infantil e Escolas devem garantir o respeito e conhecimento de todos os contextos das crianças inseridas nesses espaços educacionais. Por isso, todas as condutas feitas nas instituições públicas devem ser respeitadas e seguidas conforme as legislações. Neste sentido, a lei define que vivemos em um país e em um Estado Democrático Laico de Direitos, ou seja, um espaço que se propõe respeitar os direitos fundamentais das pessoas, desde as convicções individuais ao coletivo. Sendo assim, vivenciamos um contexto histórico e fortemente marcado pelas datas comemorativas, mas também discursos políticos violentos que excluem a diversidade em nossa sociedade, apresentando apenas um único viés religioso que torna a educação característica de um único olhar, excluindo as outras crenças. Não somente marcado pela religião, mas os conceitos de famílias e diversidades estão em um campo perigoso, já que as pessoas não conseguem compreender o coletivo e as diferenças existentes nele, percebendo que a escola é o melhor lugar para ter o conhecimento social, científico e político. Os espaços de educação são responsáveis por olhar cada criança no seu contexto, ou seja, elas devem ser protegidas contra qualquer tipo de discriminação, independente de crença, contexto familiar, pensamentos, formas de viver [...]. Todas as famílias devem ser respeitadas no seu todo, por isso, a educação entende que todas as famílias são importantes, indiferente do contexto em que está inserida. Discutir datas comemorativas é compreender que dia das mães, pais, do índio, páscoa, entre outras só se fazem importantes quando eu compreendo a história e não excluo o outro

Palavras-chave: Educação, Datas Comemorativas, Datas Históricas.

INTRODUÇÃO

A Educação é um fator importante na vida das pessoas, principalmente porque são muitos envolvidos nesse processo formativo, por isso é necessária se ter uma discussão permanente. Neste sentido, a discussão deste artigo se dará em volta das datas comemorativas, que estão inseridas fortemente na Educação Básica, mas principalmente na Educação Infantil.

Ao debater sobre a educação percebe-se mudanças em muitos âmbitos, mas ainda existem alguns aspectos que não foram deixados, como as datas comemorativas. As instituições vêm trabalhando para compreender esse processo na formação das crianças, mas algumas instituições ainda são resistentes. Muitos argumentos estão voltados para a sua história individual, mas não conseguem perceber o contexto, muitas vezes não respeitam as diversidades que estão no espaço educativo.

¹ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Regional de Blumenau - Santa Catarina (FURB), na linha de pesquisa Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais. Atualmente atua como Professora da Educação Infantil. Principais temas de interesse e estudo: infância, alteridade, filosofia e educação. kbraatz26@gmail.com

Por isso, a formação na docência deve estar pautada em pesquisas, discussões, leituras e conhecimento da realidade. Além disso, conhecer as crianças que estão dentro dessa instituição é fundamental, pois assim consegue-se ter esse olhar coletivo para perceber as diferentes culturas, histórias e famílias dentro desses espaços.

Sendo assim, esse artigo tem como objetivo discutir as relações das datas comemorativas na educação, mas também compreender quais as datas históricas que devem fazer parte da educação, além de fazer uma discussão teórica e identificar os estudos nesse campo.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é a partir das vivências profissionais, mas também com uma revisão bibliográfica para fundamentar as discussões. O trabalho no dia a dia nos dá caminhos para perceber como a praxis ainda não é entendida no contexto educacional, além de ser pontos de pesquisas a serem discutidos.

DATAS COMEMORATIVAS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil sendo a primeira etapa da educação básica (BRASIL, 1996, p. 22) tem o entendimento que essa etapa faz parte do processo inicial de educação, por isso, se entende que a educação infantil deve desenvolver propostas pedagógicas pautadas da legislação e no desenvolvimento das crianças.

Compreendendo a história da educação infantil percebe-se que por muitos anos essa etapa foi vista como um processo assistencialista da educação já que o cuidado era a parte essencial. Não se tinha o olhar de educação, mas sim, um espaço que as mães tinham que deixar suas filhas e filhos para o cuidado enquanto as mulheres/mães trabalhavam.

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil. (RIZZO, 2003, p. 31).

Com o decorrer da história, a criança foi entendida como um ser social, de direitos e que também tinha pensamentos, desejos, vontades e merecia que as pessoas compreendessem que

o processo educativo fosse coerente com os direitos dessas crianças. Na Constituição Federal se garante que a criança seja amparada legalmente pela família, mas também pelo Estado, que deve assegurar as condições básicas para elas.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988)

Quando a criança é inserida em um cenário que se deve respeitar toda a sua história e garantir a sua integridade, a educação é a principal esfera que precisa compreender esses aspectos expressos na legislação. Sendo assim, quando a criança faz parte do contexto educacional ela precisa ser ouvida e respeitada. Já que o papel de toda educação deveria ter como premissa o conhecimento de cada criança e estudante que está no espaço escolar, para garantir o processo integral de formação.

Quando trabalhamos na educação tanto de crianças pequenas quanto com adolescentes e adultos percebemos a importância de conhecer cada indivíduo que passa pela escola. Sendo assim, surge a pergunta principal: o que um espaço de educação infantil deve trabalhar/desenvolver? Abordar datas comemorativas na educação? Qual a finalidade de trabalhar com as datas comemorativas na escola? O que são datas comemorativas e o que são datas históricas?

Todos esses questionamentos deveriam ser abordados na formação dos profissionais da educação, já que as datas comemorativas estão tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino. Obviamente que precisamos compreender que vamos discutir as datas comemorativas abordadas nas instituições de ensino público, já que muitas das escolas privadas seguem um viés religioso.

DATAS COMEMORATIVAS x DATAS HISTÓRICAS

Compreendendo que primeiramente precisamos entender que todas as pessoas são segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) em seu artigo V: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Sendo assim, como garantimos a Constituição dentro dos espaços educativos? A resposta é fácil, já que precisamos conhecer quem são essas crianças inseridas,

onde mora, com quem vive, qual a religião, a cultura, o que come, qual a renda da família, qual a história.

Partimos da premissa que o Estado é laico, ou seja, as repartições públicas devem seguir a Constituição Federal que cita no inciso I do seu art. 19 dispõe que:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Então, percebemos que a escola pública brasileira vem lutando para compreender a diversidade inseridas nestes espaços educativos, porém, as instituições ainda não conseguem desvincular o contexto histórico religioso do contexto científico, histórico e político que é a educação.

Quando se cita datas comemorativas compreendemos todas aquelas que são ligadas ao comércio, como dia das mães, dia dos pais, páscoa, natal. Pensando nessas datas quais são os fatores devem ser trabalhados na escola, já que majoritariamente as famílias inseridas nesses contextos não seguem um padrão de pai e mãe e filho.

Uma reportagem apontada no site do G1, aponta que “o Brasil tem mais de 110.716 certidões de nascimento sem o nome do pai. Os registros foram feitos apenas neste ano, de acordo com os dados apurados pela Globonews por meio do Portal da Transparência do Registro Civil”.

Neste sentido, qual a intencionalidade de trabalhar essas datas dentro dos espaços de educação? Nenhuma, já que além de ser puramente voltada ao consumismo de mercadorias e para a reprodução de um calendário cheio de datas que muitas vezes não influenciam no desenvolvimento científico que deveria ser pautada a escola. O ano letivo trabalha em função as datas e o conhecimento pedagógico sobre o desenvolvimento humano e social acabam ficando de lado. Como cita Saviani (1991)

Não é demais lembrar que este fenômeno pode ser facilmente observado no dia-a-dia das escolas. Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa na segunda quinzena de fevereiro e já em março temos a semana da revolução, em seguida a semana santa, depois a semana das mães, as festas juninas, a semana do soldado, do folclore, a semana da pátria, jogos da primavera, semana das crianças, semana do índio, semana da asa, etc., e nesse momento já estamos em novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola, encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. É preciso, pois, ficar claro que as atividades distintas das semanas, acima enumeradas, são secundárias e não essenciais à escola. Enquanto

tais são extracurriculares e só tem sentido na medida em que possam enriquecer as atividades curriculares, isto é, aquelas próprias da escola, não devendo em hipótese nenhuma prejudicá-las ou substituí-las. (1991, p. 24).

Parte-se do entendimento que a escola num todo é um direito da criança e do adolescente e quando não garantimos as aprendizagens necessárias para o desenvolvimento dos mesmos, violamos um direito. Já que todas as crianças e adolescentes precisam ser respeitadas dentro dos espaços educativos, não partindo do pressuposto de que todas são iguais e tem a mesma história de vida.

Nesse sentido Faria e Salles (2012, p. 57) citam que “as formas de compreender o mundo são construídas historicamente na cultura e no meio social em que vive a criança. Significa dizer que cada ser humano que chega ao mundo traz consigo a história da humanidade e da cultura, erguida ao longo de muitos séculos”.

Nas instituições de educação infantil que é o foco da nossa discussão, ainda se enfatiza as datas comemorativas, mas esquece das datas históricas que devem ser trabalhadas com todas as faixas etárias da educação. Quando fala-se em datas históricas pontuamos sobre os indígenas, sobre as mulheres, sobre o dia da consciência negra, sobre a comunidade LGBTQUIA+, sobre as questões ambientais como o dia da árvore, entre outras [...].

Todas essas datas impactam na relação social, principalmente com a relação das crianças com o meio em que elas vivem. Porém, muitos educadores vêm com os questionamentos sobre essas datas, que nem deveriam ter que ser explicadas, já que são HISTÓRICAS, ou seja, indígenas ainda sofrem, pessoas negras ainda sofrem, mulheres ainda sofrem, já vem de um contexto histórico de lutas políticas, mas em pleno 2023 ainda vemos vestígios dessas violências fortemente.

Os educadores precisam compreender qual o sentido da educação, por isso, os profissionais devem primeiramente compreender a função social da educação, principalmente o planejar já que “é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças” (OSTETTO, 2012, p. 177).

O significativo deve ser sobre o mundo que elas vivem e como podem desenvolver respeitando o outro no coletivo e na singularidade, principalmente porque a educação é coletiva em todos os seus aspectos, ninguém educa sozinho, todos nos educamos juntos. E vamos educar quando tivermos a consciência que a educação deve ter como premissa o conhecimento acerca do mundo e das pessoas.

Datas comemorativas servem para reproduzir um consumismo que não cabe ao espaço educacional, ensinamos as crianças a serem conscientes, a cuidar com colegas, a respeitar as árvores, a dialogar sem violência, mas o que vemos é um mundo repleto de preconceitos, julgamentos, violências e destruição daquilo que só afeta a nós mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pedagógico com crianças e adolescentes ainda está atrelado a uma questão religiosa daquilo que eu sou enquanto pessoa, minhas crenças, minha vida e meus desejos, mas a educação deve ser feita por educadores que prezem pelo conhecimento científico e histórico da sociedade.

Um educador que conhece as lutas sociais, jamais vai se prender a um viés capitalista, mas sim, compreender que todas as pessoas passam pela educação e ainda não conseguimos transformar a sociedade em um lugar menos desigual e menos violento, porque pautamos nas práticas consumistas e em discursos da meritocracia.

Obviamente, não é uma questão apenas do educador, mas também de um sistema de faculdades e universidades que pensam na condição financeira de acesso e reproduzem uma educação voltada a mercadoria e não uma educação social.

As datas comemorativas devem ser repensadas a todo o momento nesses espaços de educação, principalmente nos seguintes questionamentos: qual a intencionalidade disso? O que a minha criança vai aprender? Vai impactar socialmente? Ela vai se desenvolver? Educação é um espaço de ação e reflexão a todo o momento

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988
- _____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado, 1996.
- FARIA, V. L. B. de; SALLES, F. Currículo na educação infantil: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2012.
- RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica. Sobre a natureza e especificidade da educação. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1991.



OSTETTO, L. E. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: Ostetto, Luciana Esmeralda (org.). Encontros e encantamentos na educação infantil. 10ª edição. Campinas – SP: Papirus, 2012.

Barros William; Arcoverde Léo. Brasil registrou mais de 100 mil crianças sem nome do pai só neste ano; são quase 500 por dia. GloboNews